

Dragões Reais das Minas, 300 anos

Os Dragões de ontem e de hoje

*Cleber Almeida de Oliveira**

Introdução

Em se tratando do estudo da História Militar, especificamente sobre o campo da pesquisa e da produção textual acerca de unidades/tropas, e da análise do seu desenvolvimento organizacional e da construção/cristalização da suas tradições, há três elementos fundamentais a serem considerados e explorados: os porquês da sua gênese/origem; os contextos de época — nacionais e internacionais — nos quais se insere; e a sua representatividade e singularidade, ao longo do tempo, dentro do universo mais amplo da formação das Forças Armadas do seu país.

Quanto a *A Arma de Cavalaria* (2017, p. 9), fica claro que, mais uma vez adaptando-se aos novos tempos e à evolução do material e da doutrina, a Cavalaria substituiu o cavalo pelos carros de combate, retornando, assim, às suas antigas plataformas, agora blindadas e motorizadas, restaurando o seu poder de choque, aumentando a potência de fogo e a mobilidade no campo de batalha. Onde o carro de combate assumiu a grande maioria das missões que eram executadas no passado pela Cavalaria Pesada, bem como que as unidades equipadas com viaturas blindadas mais leves, assumiram o papel dos antigos “lanceiros, ulanos e hussardos”, cumprindo missões de reconhecimento e segurança para seus exércitos,

sendo que, por tudo isso, os atuais fuzi-

leiros blindados da moderna Cavalaria podem ser comparados aos antigos “dragões”, combatentes adestrados para o combate a pé ou montado (embarcado).

Pautado em tais premissas basilares, e na compreensão inarredável de que a História não é uma interminável obra de reconstrução/reengenharia dos fatos ao bel-prazer de quaisquer grupos, mas sim um patrimônio coletivo e uma formação compartilhada por todos os segmentos da sociedade, sempre respeitando o direito do contraditório e do convencimento mediante o livre e democrático confronto e debate de ideias e análise de acontecimentos, sinto-me impelido pela responsabilidade de tornar pública uma junção histórica absolutamente singular nesse ano de 2019: os 300 anos da chegada dos **Dragões Reais das Minas** (1719) em solo pátrio; e os 90 anos da origem histórica do 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (1929), e cuja denominação histórica é Dragões Reais das Minas. Outro fator que ainda torna mais umbilical essa missão dá-se pela minha participação como coautor, juntamente com o saudoso irmão d’armas, o sargento Franz Holstein Ligório da Fonseca, do Projeto de Denominação Histórica do 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, aprovado pelo Boletim do Exército nº 29, Brasília-DF, de 21 de julho de 2006, conforme Portaria N.º 430, de 18 de julho de 2006 (p. 15).

* Bacharel licenciado em História (UFJF/84), delegado da FAHIMTB, pesquisador do CEPHiMEX, sócio correspondente do IGHMB e do Instituto Internacional de História Militar (UNESCO).

Outro ponto crucial é separar aquilo que é historiografia — análise e tratamento científico do objeto de estudo — do desvirtuamento oriundo e resultante da historicidade — interpretação de fundo personalista e sem embasamento no tratamento isonômico dos fatos/eventos. O relato histórico crível deverá sempre se pautar pela checagem e pela diversidade das fontes alocadas/empregadas e pela retidão com a qual tais referenciais são dispostos e explanados para que o leitor tenha um material confiável; visando ao enriquecimento dos seus conhecimentos.

Há trezentos anos...



Figura 1 – Companhias de Dragões Reais das Minas, 1730 (uniformes 1º C e 2º C)
Fonte: o autor

Registro de José Wash Rodrigues

Objetivando exemplificar esses vieses descritos no último parágrafo da Introdução, e fazendo um *link* com os desdobramentos para a atual conformação das forças de segurança pública mineiras, Pereira e Silva (2015, p. 3), ao buscarem estabelecer os primórdios

do surgimento da Polícia Militar em Minas Gerais — que, com mais de duzentos e quarenta anos de existência, é considerada pelos historiadores como a primeira instituição de formação militar propriamente brasileira, a qual se vem adaptando às mudanças ocorridas em Minas Gerais e no Brasil ao longo de centenas de anos, sem perder as características militares, tendo a hierarquia e a disciplina como pilares da instituição —, esclarecem que, nas terras de Minas do século XVIII, deparamos com características especiais devido a situações geopolíticas *sui generis*, e que, por isso, os corpos militares haviam de ser imbuídos em garantir a arrecadação dos tributos da coroa portuguesa; reprimir o contrabando do ouro e do diamante; vigiar as estradas, caminhos e rios; além de combater a violência entre as pessoas. Bem como que (ibidem), devido a essas peculiaridades, foram enviados para as recentes terras descobertas de extração de riquezas minerais — as quais, mais tarde, seriam conhecidas como Minas Gerais — os Dragões Del Rey (corpo militar português).

Detalhando, ainda, que (PEREIRA, SILVA, 2015, p. 3), por solicitação do conde Assumar, governador das Minas, os Dragões deslocaram para as terras mineiras com a missão de guarda aos governadores e ao comboio da Fazenda de sua Majestade, além do socorro contra os poderosos, que se faziam fortes com seus escravos. Uma observação importante é a de que (ibidem, pp. 3-4) os Dragões Del Rey, por terem um contingente pequeno diante da demanda daquela época e, principalmente, pela eclosão de diversas revoltas, somando-se a isso o envolvimento de alguns poucos — e malfadados — dragões com o contrabando do ouro e diamantes, tornaram-se uma força incapaz de defender

os interesses da coroa naquela região, o que fez com que, diante dessa situação, como parte da reestruturação militar das Minas sob administração do governador Dom Antônio de Noronha, surgiu, no ano de 1775, o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, sendo seu corpo policial formado por pessoas com fortes ligações com as Minas, uma vez que os oficiais e soldados do RRCM teriam fortes laços com as Minas — não eram metropolitanos e sim coloniais —, ou seja, eles estariam inseridos em redes de parentesco, amizade e compadrio.

Traçando uma breve cronologia, a origem dos Dragões Reais das Minas se encontra umbilicalmente ligada à Lei de 11 de fevereiro de 1719, que autorizou a criação de novas Casas de Fundição, determinou a cobrança do quinto sobre o ouro em pó, em substituição às vinte cinco arrobas de ouro que se pagavam anualmente, e proibiu a circulação do ouro que fosse fundido fora destas, o que não foi bem aceito pela população da capitania onde se localizavam as minas; inclusive falava-se que os mineradores, alarmados com a ação fiscal, sentiam-se cada vez mais insatisfeitos e inseguros.

Ficava desde aquelle dia rigorosamente prohibida a exportação, que não fosse nessa especie, unica legalizada. Mas visto não deverem os povos pagar em duplicata os quintos, concedia-se-lhes o prazo do quatro mezes a contar daquella data para exportarem livremente o seu ouro.

As consequências destas medidas, que chegaram ao Brasil pela frota de maio, (1719) veremos mais adiante.

Recebendo a Carta Regia em que se mandava executar a lei de 11 de fevereiro, o Conde convocou uma junta dos Provedores, e mais pessoas zelosas do serviço Real,

celebrada na Villa do Carmo em 16 do julho daquelle anno de 1719, e á ella expoz a materia, mas não para que fosse discutida, e sim para que os presentes ao governo orientassem sobre o melhor meio de executar, indicando-lhe os pontos do território das Minas mais convenientes ás Casas de Fundição, e quantas deveriam ser. Assentou-se na junta que seriam quatro: uma em Villa Rica, outra em Sabará, terceira em S. João d'El-Rei, a ultima no Serro. (VASCONCELLOS, 1904, p. 313)

(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

De acordo com Barcelos (2013, p. 146), em 1693, escrevia Luiz Lopes Pegado, provedor da Fazenda do Rio, que o ouro que entrava nas casas de fundição ficava muito aquém do que devia, sendo os homens de tão “pouca obediência” que não o quintavam. Assim, mediante tal situação presencial, e rotineira, de crime de lesa-majestade, e de iminente conflagração, no uso dos seus atributos, a Coroa Portuguesa — Dom João V —, na mesma Lei de 11 de fevereiro de 1719, tomou medidas firmes para assegurar o controle daquela região, tanto criando juntas de julgamento, como também, além disso, enviou, em 1719, duas Companhias de Dragões, que eram forças militares profissionais, regimento de Cavalaria Regular, provenientes do norte de Portugal, com a finalidade de fazer cumprir a lei, controlar os escravos, escoltar o transporte de ouro e reprimir distúrbios; essas tropas, que poderiam ser auxiliadas por milícias criadas para enfrentar casos de emergência e que, embora com suas fileiras formadas principalmente por brancos, contavam ainda com ex-escravos, negros e mulatos.

Na frota, que aportou no Rio de Janeiro em meados de 1719, Ordens Regias baixaram de summa importância como na

acima se disse. Além da lei do 11 de fevereiro, o Conde recebeu a Carta do 25 de abril mandando dar baixa dos postos aos officaes de Ordenança, onde não houvesse corpos organizados; e **outra ao mesmo tempo, que lhe avizava ter Sua Magestade mandado pôr á sua disposição um terço do Dragões de cavallaria** (grifo nosso). (VASCONCELLOS, 1904, p. 332)
(N. da R.: A grafia original foi preservada pelo autor.)

Nesse contexto, Souza (1994, p. 65) analisa um texto anônimo, *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, que foi publicado duas vezes — entre 05 e 19 de fevereiro de 1898, no jornal Minas Gerais, órgão oficial do Estado; logo a seguir, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, contando com introdução e comentários do erudito José Pedro Xavier da Veiga, então diretor do Arquivo Público Mineiro —, o qual reafirma que,

com a chegada da frota de mil setecentos e dezenove, entrou nestas Minas a nova lei que sobre os quintos foi Sua Magestade servido mandar expender; chegaram as tropas dos dragões; fizeram-se públicas as ordens para dar baixa a todos os officiais da ordenança que não tivessem corpo; também se fez notória a expulsão dos religiosos.

Concluindo que (ibidem, p. 66)

os grandes, que até ali obravam sempre absolutos, e de cujo favor para a execução de qualquer ordem estava pendente a autoridade dos governadores. começaram a affligir-se à vista dos dragões, que só reputavam por Inimigos da sua grandeza, e um como freio das suas demasias.

Evidencia-se, pois, que a ideia legalista era o cumprimento da determinação segundo a qual (SOUZA, 1994, p. 65)

sua Magestade quer que as suas Minas não andem sempre tão confusas, tão perturbadas, faça que nelas se restituam os mineiros a seu lugar, mande que quantos se acham hoje introduzidos, ainda que bem à sua custa nesta república, vá cada um tratar de seu officio.

O “braço forte” deveria ser — e foi — imposto.

Em suma, Nepomuceno (2018, p. 2) reitera que as duas primeiras companhias de “Dragões” chegaram ao Brasil em 1719, sendo compostas pelos melhores homens do Exército Português, experimentados em serviços de guerra, e de polícia e seu efetivo, acrescido de officiais dragões vindos de Lisboa, sendo que um destacamento de quarenta e quatro Dragões montados — trinta e sete soldados, um capitão, um tenente, um alferes, um furriel, um tambor e dois cabos de esquadra — viria a formar, em Goiás, a primeira companhia de Dragões da Cavalaria vinda junto com o conde de Sarzedas em 1736 — a primeira e única Tropa Regular dos Goyases durante o século XVIII seria composta por alguns dos mais experimentados soldados das Gerais e por tropas locais. E que também serviu de base para a criação, em 1736, de uma terceira companhia, na colônia de Sacramento, no sul do Brasil — esta terceira companhia seria denominada “Dragões do Rio Pardo” —, enquanto as duas primeiras formariam, em 1775, o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, conhecido como os “Dragões Reais de Minas”, subordinados e provisionados pela Capitania das Minas Gerais.

Perseverando com esses desdobramentos (NEPOMUCENO, 2018, p. 2), o Esquadrão de Cavalaria Ligeira da Guarda do Vice-Rei, que em 1808 seria transformado em

1º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha e, mais recentemente, em 1º Regimento de Cavalaria de Guarda (os Dragões da Independência), foi criado em 1765, no Rio de Janeiro, com base no modelo e no efetivo dos Dragões do Rio Grande do Sul, que, por sua vez, teve origem nos regimentos de Dragões das Minas Gerais. Em caso de necessidade de se impor ordem e autoridade, seja onde fosse, essa tropa de elite de Cavalários era a solução.

A continuidade do legado



Figura 2 – Quartel da OM (Santos Dumont-MG)
Fonte: o autor



Figura 3 – Desfile Cívico-Militar (Santos Dumont-MG)
Fonte: o autor

Essa tradição evolutiva se faz presente hoje nos constantes e destacados adestramento e prontidão que identificam e enaltecem o 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado DRAGÕES REAIS DAS MINAS, OM situada na cidade de Santos Dumont-MG, parte integrante da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha 31 DE MARÇO, sediada em Juiz de Fora-MG, componente da 1ª DIE (Divisão de Infantaria Expedicionária) e do CML (Comando Militar do Leste), tropa essa sempre solicitada e destacada para o cumprimento de importantes e relevantes missões nacionais e internacionais. Tornar-se um Dragão Real das Minas é ser, invariavelmente, a “ponta de lança”, a unidade/tropa precursora/desbravadora, é ser a referência buscada — pela sua excelência e galhardia no cumprimento do seu dever. O nonagenário 4º Esqd C Mec foi criado pelo Aviso Ministerial nº 855, de 21 de novembro de 1929, sendo desde 1945 a única organização militar de Arma de Cavalaria do Exército Brasileiro sediada em MG e continuadora de uma tradição que teve seu início em 1719, quando chegaram de Portugal duas Companhias de Dragões Reais.

Cabe ainda frisar que, após a Independência, outras unidades de Cavalaria estiveram sediadas em Minas Gerais, localizadas, sobretudo, na capital da Província, a cidade de Ouro Preto. Traçando uma breve linha histórica: em 1917, cria-se o 14º Regimento de Cavalaria, que, no ano seguinte, seria instalado na cidade de Três Corações do Rio Verde; em 1919, a unidade passou a ter a designação de 4º Regimento Divisionário (4º RCD); nossa subunidade, quando de sua criação, em 1929, embora com sede em Juiz de Fora, era um esquadrão orgânico do 4º RCD; em 1945, tendo o 4º RCD sido extinto e em seu aquartela-

mento instalada a nova Escola de Sargentos das Armas (ESA), fica o então 4º Esquadrão de Cavalaria, sediado em Juiz de Fora, sendo o representante único da Arma de Osório nas Alterosas; em 1946 e 1947, muda denominação para 4º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado; sua denominação atual, 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, foi dada em 1973; em 1984, o 4º Esqd C Mec foi transferido do quartel que ocupava no bairro Mariano Procópio em Juiz de Fora para a cidade de Santos Dumont, terra do “Pai da aviação”, que acolheu com hospitalidade a única unidade de Cavalaria de Minas Gerais.

Próximo a completar seu primeiro século de existência, o 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado participou de fatos relevantes em nossa História: Revolução Constitucionalista de 1932; formou a Vanguarda das tropas que se deslocaram de MG para Guanabara em 31 de março de 1964; participou, com viaturas blindadas e pessoal, da Força de Paz da ONU em Moçambique, África Oriental em 1994; participou com um pelotão de reconhecimento completo e pessoal de apoio, num total de 44 homens, da Força de Paz da ONU em Angola, África Austral, em 1996; intervenção na greve da Polícia Militar de Minas Gerais, em 1997; participou da Força de Paz da ONU no Haiti, em 2007, 2010 e 2012; nos V Jogos Mundiais Militares, em 2011, na cidade do Rio de Janeiro; duas participações na Pacificação do Complexo da Penha e Alemão (Arcanjo II e V) em 2011, na cidade do Rio de Janeiro; Conferência Rio + 20, em 2012, na cidade do Rio de Janeiro; na Jornada Mundial da Juventude, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro; na Copa das Confederações, em 2013, na cidade de Belo Horizonte; participou da Operação São Francisco, na Pa-

cificação do Complexo da Maré em 2014, na cidade do Rio de Janeiro; na Copa do Mundo, em 2014, na cidade de Belo Horizonte; Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016, na cidade do Rio de Janeiro; Intervenção Federal no Rio de Janeiro, em 2018.

Tal associação histórica é inquestionável, e, em assim sendo, por tudo isso, os cavalariairos do 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado julgam-se, com toda a justiça, herdeiros naturais dos DRAGÕES REAIS DAS MINAS e continuadores da missão dada a aqueles nobres homens há 300 anos.

Cimentando a honra de que o 4º Esqd C Mec, que desde a década de 40 do século passado tornou-se a única OM de Cavalaria do Exército Brasileiro presente em território mineiro, após a desativação do 4º Regimento de Cavalaria Divisionário, que estava sediado na cidade de Três Corações, seja reconhecido como o herdeiro natural das tradições iniciadas em 1719 com a chegada, vinda de Lisboa, da 1ª Companhia de Dragões Reais — apesar de ser uma unidade do Exército Real português, os Dragões Reais das Minas, foram estabelecidos em Minas para guarnecer a rica capitania, dando suporte às decisões das autoridades reais aqui instaladas —, lembrando ainda que, mais tarde, ao mesmo tempo em que se ia ampliando o “Caminho Novo”, estrada de ligação entre a capitania de Minas Gerais e o Rio de Janeiro, o efetivo de Dragões foi aumentando gradativamente, até finalmente chegar-se ao Regimento de Cavalaria de 1ª linha de 1775.

Lança-se mão de empregar aqui o trecho final do Projeto de Denominação Histórica da OM, o qual é citado ao final do segundo parágrafo deste texto:

Reavivando o pungente passado que marcou tanto a passagem quanto a presença das unidades de Cavalaria nesta região da Zona da Mata Sul Mineira, desde o período colonial, sentimos nossos espíritos fortalecidos e cimentamos, ainda mais, nossa firme resolução de prestar a digna e mais do que merecida homenagem àqueles que tão garbosamente, condignamente e nobremente precederam os igualmente honrados e valentes cavalarianos de hoje. Como um Profeta com o olhar voltado para trás, a História desnuda as contradições e as particularidades do presente, e, pelo que foi e pelo que é, anuncia o que pode vir a ser, ou seja, nos concede fundamentos e subsídios para buscarmos entender o que fomos, o que somos e o que podemos ser. Sabemos que tal reflexão lhes é totalmente inequívoca, por isso a mencionamos com o claro intuito de externar não só o compartilhamento da mesma prerrogativa, como também apresentar o que se constituiu como o nosso “norte”.

Seguindo, pois, por esta trilha, sentimos por várias vezes pisar as pegadas daqueles desbravadores e agentes incontestes da formação da sociedade mineira, e mesmo brasileira, a quem dedicamos nossos esforços para que sejam eternizados, ainda que tardiamente, na designação da atual, e única, unidade de Cavalaria — Mecanizada — das Minas Gerais. Não buscamos simplesmente homenagear apenas destacadas figuras militares, mas, sobretudo, brasileiros de farda que, com valentia e desvelo ímpares, fizeram história, a nossa história. Os Serções que nos dispomos, desde o início, a desbravar e guarnecer nos é tão desafiador quanto aquela paisagem lúdica e selvagem que enfrentaram, e venceram, aqueles em quem hoje nos inspiramos. Nossa atual luta é pelo resgate da nossa identidade tão desfigurada, do civismo e do patriotismo conscientes e edificadores de um abrangente e envolvente sentimento de brasilidade, de um nativismo redivivo que seja o condutor grande e coesa nação.

Desde a pujante história primordial daqueles primeiros Cavalarianos, que em 1719 vieram combater o descaminho do ouro, impor a observância da lei e da autoridade real/colonial nas Minas Gerais, e que serviram de embrião e de modelo para a formação militar pátria — Dragões de Goiás e Dragões do Rio Pardo, e posteriores unidades de Cavalaria — bem como das futuras forças de segurança pública — como no caso da sua ligação com a gênese/origens da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) —, o legado dos Dragões Reais das Minas não se extinguiu com o retorno da tropa para Portugal, uma vez que essa continuidade se dá a cada cumprimento de missão e de dedicação ao dever, à pátria e ao seu povo, que caracterizam e marcam as ações do 4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado DRAGÕES REAIS DAS MINAS.

Reiterando que, desde o alvorecer do século XVIII, chegando a esse início de século XXI, nenhuma nódoa recai sobre esses guerreiros, pois o dever sempre foi, é e será cumprido com os devidos desvelo, denodo e decisão, ecoando a sábia lição de que atuar em conjunto, com cada elo da corrente fortalecendo os demais, é a fórmula atemporal que sempre trouxe, traz e trará o devido reconhecimento aos feitos/desempenho dessa singular tropa.

Os atuais DRAGÕES REAIS DAS MINAS, agora em seus “Cavalos de Aço”, perseguem/perseveram, como seus antecessores, a destinação ao dever e ao compromisso com a pátria e sua gente. Muda a tropa, mas o brio eterno permanece.

Conclusão

Assim como os bravos e temidos Dragões Reais das Minas tiveram como missão pre-

cípua guarnecer as terras mineiras, mantendo a vigilância sobre suas riquezas e exercendo a fiscalização sobre o eixo de escoamento dessa riqueza, traduzida em ouro e diamantes, no “Caminho Novo”, os Cavalarianos do Império, baseados nas Gerais, fizeram a mesma missão em relação a “Estrada Real”.

Dessa vez, cabe ao 4º Esqd C Mec, nascido em 1929, com o nome de IV/4º RCD, e que recebeu a missão de guarnecer a estrada União-Indústria, agora, já adentrados no século 21, continuar com a missão dada aos

Dragões Reais das Minas, de zelar pelas riquezas e pelo povo desse magnífico Estado — de norte a sul, da Mantiqueira às Alterosas e até os Vales do Jequitinhonha e Mucuri —, sediados a cavaleiro da BR-040, que, em algumas partes, ainda faz o mesmo traçado do Caminho Novo, só que agora, ligando à Capital da República, passando por várias localidades outrora vigiadas pelos Dragões entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro.

Dragões de ontem e de hoje, leais, e um lema vital: **EQUITATUS SEMPER!** **REB**

Referências

A Arma de Cavalaria. 2017. Disponível em: <www.esao.eb.mil.br/images/Arquivos/CCAV/informativos/historia_mundial_da_arma.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2019.

BARCELOS, Reginaldo. **Casas de fundição e da moeda no Brasil e em Portugal:** purificar o ouro, apurar as técnicas. Porto (PT): População e Sociedade, CEPES, vol. 21, 2013, pp. 143-163.

NEPOMUCENO, Nelmar. **Os Dragões da Inconfidência.** 2018. Disponível em: <www.nelmarnepomuceno.com.br/2018/01/18/os-dragoes-da-inconfidencia/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PEREIRA, Hamilton Santos; SILVA, Edvaldo Aparecido Duarte. **Breve evolução histórica da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e os novos paradigmas da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/40047/breve-evolucao-historica-da-policia-militar-de-minas-gerais-pmmg-e-os-novos-paradigmas-da-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-de-1988>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

SOUZA, Laura de Mello e. **Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720. Estudo crítico, estabelecimento do texto e notas.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, (Coleção Mineiriana, Série Clássicos), 1994, 196 p.

VASCONCELLOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Geraes.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1904.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.